

Bird sugere barreiras para investimento especulativo

FERNANDO EXMAN
WASHINGTON

O economista chefe para a América Latina do Banco Mundial (Bird), Augusto de la Torre, recomendou ontem ao Brasil a criação de barreiras contra o ingresso de investimentos externos especulativos de curto prazo.

O mecanismo, argumentou, deixaria o Banco Central à vontade para elevar a taxa de juros a fim de controlar a inflação e evitaria que o real se valorizasse ainda mais em relação ao dólar. De la Torre ponderou, entretanto, que o mecanismo pode perder a eficácia no decorrer do tempo.

"Em princípio, sou favorável. Mas, tenho dúvidas se isso será eficiente. O mercado é muito inovador", comentou, complementando que os investidores acabarão conseguindo driblar as restrições para continuar se beneficiando dos altos juros oferecidos pelo governo.

De la Torre ressaltou ainda que não se trata de mecanismos que obstruam a saída de capitais, o que poderia danificar a imagem e a credibilidade do país no mercado internacional. "Se for explicado bem, (o instrumento) não é mal visto." O economista citou o caso do Chile, que adotou esse sistema na década de 1990 com sucesso.

Anteontem, estudo divulgado pelo Fundo Monetário International (FMI) ressaltou que o fortalecimento do real representa um risco para o Brasil. Com a proximidade da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, as declarações do economista do Bird ganham maior importância. O colegiado decidirá na semana que vem a nova taxa básica de juros da economia nacional, atualmente fixada em 11,25% ao ano.

Pressões inflacionárias

Assim como o mundo todo, o Brasil enfrenta pressões inflacionárias derivadas do aumento dos preços de alimentos e da energia. Nos bastidores do governo, há uma disputa. O Banco Central demonstrou a intenção de elevar os juros. Já a ala liderada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, tenta evitar a medida. Alega que a ação frearia o crescimento do país.

O mecanismo tradicional para o combate à inflação é o aumento da Selic. Com a redução da taxa de juros dos EUA, entretanto, o mercado brasileiro se tornaria ainda mais atrativo para os investidores estrangeiros. Nesse caso, o dólar cairia ainda mais. "Esse é um dilema de alta voltagem. Não creio que haja uma saída fácil para esse dilema."

Para De la Torre, a alta das co-

tações dos alimentos é estrutural. Com o aumento da renda na China, a demanda por carne e grãos tende a aumentar. Além disso, parte da safra de soja tem sido usada para a produção de etanol.

Não bastasse, ainda há elementos conjunturais. "O preço das commodities exacerba a especulação financeira, diante da redução da certeza de rentabilidade de outros ativos", explicou. "A transferência dos preços internacionais para os mercados domésticos é um problema político e social enfrentado pelos governos."

Segundo o relatório "Perspectivas Econômicas Mundiais" (do inglês World Economic Outlook), divulgado ontem pelo FMI, os preços dos alimentos e dos combustíveis subiram 6,2% e 4,1% no ano passado, respectivamente.

O economista do Bird acredita ainda que os investimentos estrangeiros continuarão a ingressar no Brasil. O País está incluído no grupo das economias latino-americanas que, apesar de não terem ainda recebido o grau de investimento das agências internacionais de classificação de risco, são vistas pelos investidores como mais seguras.

"Não se vê saída em massa de capitais da América Latina. Agora, o risco da região está menos próximo dos oferecidos pelos junk bonds (títulos podres)", complementou o especialista. "Os investidores consideram a América Latina uma opção interessante."

México, Chile e Peru já detêm o grau de investimento, nota máxima dada pelas agências de classificação de risco. Segundo de la Torre, além do Brasil, Colômbia e El Salvador não têm essa avaliação mas também são bem considerados pelos investidores internacionais. Por outro lado, Equador, Venezuela, República Dominicana e Argentina representam mercados de maior risco.

De acordo com o Relatório da Estabilidade Financeira Global, divulgado anteontem pelo FMI, a América Latina recebeu em 2007 US\$ 117,0 bilhões de financiamentos externos – contando os valores negociados com a emissão de títulos públicos, ações e financiamentos. No ano anterior, tal volume somou US\$ 71,05 bilhões.

Na região, o Brasil é o maior destino desses aportes. Atraiu US\$ 63,47 bilhões, uma alta de 113,3% na comparação com 2006. O México ocupou o segundo lugar, com US\$ 15,82 bilhões. Em 2006, os ingressos somaram US\$ 16,95 bilhões. Em seguida vem a Venezuela. O país governado por Hugo Chávez recebeu US\$ 8,84 bilhões em 2007, ante os US\$ 376,1 milhões verificados no ano anterior.